



SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – CONED/SP

ATA DA 159ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – CONED-SP, realizada aos 58 (vinte e cinco) dias do mês de novembro do ano de 2021 (dois mil e vinte e um), às 09 h, por meio virtual pelo Programa teams. Reuniram-se os conselheiros titulares e suplente **registrados pelo programa**: Lúcia Decot Sdoia (Presidente – IPH), Marcelo Ribeiro (Vice-Presidente-CRATOD), Vanessa Lopes M. Afonso (CVS), Rosana Frajzinger (CRATOD), Ligia Alves do Santos Silva (PROERD), Marilena Camargo (FUSSP), Milena Carla Azzollini Pereira (PGE), Vera Lucia Bagnolesi (SJC), Ana Paula Forli (SEFAZ), Jaelson Nunes Magalhães (SE), Joás Garcia Moreno Sanches (SDES), Layla Sueiro Lopes Silva e Jiane da Penha Caldeira (SDE), Adilson Araujo de Souza e Galy Artischeff (SEH), Mariana Chazanas (SEE), Maria Alice P. Araujo (IMESC), Edison de Almeida (FDE), Marly Moura (F.CASA – aguardando publicação), Marcelo Tadeu Marin (UNESP), Jorge Artur C. Floriani (ABRAMD), Debora Gomes de Melo Santos (LEIPSI), Ana Cecília Marques (ABEAD), Thiago Marques Fidalgo (PROAD), Ronaldo Luiz Risetto e Miguel Tortorelli (FEAE), Lucas Roncati Guirado (FEBRAC), Bruno Logan e Vera da Ros (REDUC), Luis Antonio da Silva (CEFATEF), Helena Fonseca Rodrigues (PBPD), Solange Aparecida Mendes da Silva (PS), Gabriel Perdoza A. Bonfim e Cecilia Galicia Brandão (ACUCA), Décio Perroni Ribeiro Filho e Fernanda Ribeiro A. Bezerra (SMDHC), Ana Leticia Absy e Lisiane C. Braecher (MPF), Surraily F. Youssef (DPESP), Ana Lúcia M. Vieira (MPESP), Elda de Oliveira (COREN), Vera Lucia R. das Neves Hansen (CRF), Kalil Bueno Abdalla (CREMESP), Juliana Vicente de Freitas (CRP), Francilene Gomes Fernandes (CRESS) e Maurides Ribeiro e Gabriella Arima de Carvalho (OAB).

Justificaram: Roxane Alencar Coutinho (SES), Iliria Ruiz Pilissari (SECEC), Iracema Costa Janson (SAP), Jurema Reis C. Panza (FDE), Matheus C. D. Marin (GREA), Guilherme Peres Messa (S. Casa), Laura de Souza Cury (ACT), Fernanda M. C. Castro e Rodrigo Levin (DPF), Pedro José Rocha e Silva (MPESP), Ricardo Abrantes do Amaral (CREMESP) e Andrea Domanico (CRP).

Ausentes sem justificativa: Carlos Afonso G. Silva e Thiago Padovez Magno (DENARC), Marcelo Igor de Souza (SECEC), Eliane de Souza (SAP), Renato Filev e Solange Nappo (CEBRID), José Eduardo P. G. Lopes (S. Casa), Renata de Barros B. Naccache e Marcelo Mesquita Spinola (FPA).

Ouvintes: Laura, Silvia de Oliveira Santos (CRF), Filipi Yamaki, Flavia Saraiva Leão, Luana Malheiros e Priscila Gadella

CONVOCAÇÃO

São Paulo, 18 de novembro de 2021.

Em nome da Presidente do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas (CONED-SP) venho **CONVOCAR todos os Conselheiros (titulares e suplentes)**, a participar da **159ª Reunião Ordinária** a realizar-se no **dia 25 de novembro de 2021, das 9h às 12h**, de forma virtual
Entrar no link: será enviado posteriormente

Senhor Conselheiro, aceitando/ingressando na reunião você está autorizando a gravação da reunião.

PAUTA

- **Aprovação da Ata da 158ª Reunião Ordinária (5') - https://governosp-my.sharepoint.com/:v/g/personal/vbagnolesi_sp_gov_br/ETnNr4WYBQxPusFvI59JilEBDyII32x4m_skfITxyIQDOA**
- **Informes: (25')**



SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – CONED/SP

- a) Apresentação da nova Coordenadora Geral de Apoio aos Programas de Cidadania-CGAPDC; (5')
 - b) Evento “32 anos de Redução de Danos no Brasil”; (10')
 - c) Apresentação na reunião de dezembro - Julita Lemgruber (pesquisa dos gastos públicos com políticas de drogas) através do GT Faces da Violência; (5');
 - d) Manifestação PL 399/15 publicado no facebook (5)
- Aprovação do calendário de reuniões 2022 (5')
 - Proposta de realização de conferência 2022 (5')
 - Proposta para reunião 160ª Reunião ser presencial (5')
 - Procedimentos para participação de conselheiros (nomeação não publicada) nos GTs (5')
 - Atividades desenvolvidas no Forum DDCA Regional Sé (Jorge Artur) (5')
 - Grupos de Trabalho (10')
 - a) GT Adolescentes
 - b) GT Mulheres
 - c) GT Faces da Violência
 - d) GT Políticas sobre Drogas
 - e) GT Redução de Danos
9. Vaga governamental para o Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e Álcool de São Paulo- COMUDA - (10'');
10. Apresentação “Eu mulher usuária de crack” (60')
Luana Malheiros e Priscila Gadelha

Vera Lucia Bagnolesi
Secretária Executiva

Atenção: Conforme o Decreto do CONED nº 64.640 de 04/12/19 e o Regimento Interno

Artigo 38 (RI) - O membro do colegiado ausente por 2 (duas) vezes, de forma injustificada, ou por 4 (quatro) vezes, ainda que justificadamente, no período de 12 (doze) meses de mandato, terá a sua substituição solicitada ao órgão ou entidade que represente.

§ 1º - Na ausência do titular e com presença do suplente, não há exigência de justificativa.

§ 2º - Na ausência do titular e do suplente a justificativa deverá ser apresentada em nome da instituição, por escrito, em até 2 (dois) dias úteis após a reunião a que se referir.

§ 3º - O disposto no caput deste artigo não se aplica:

1. à ausência a reunião extraordinária, quando justificada;

2. à ausência ocasionada por situação excepcional reconhecida pelo Plenário do Conselho.

§ 4º - Todas as ausências serão consignadas em ata.

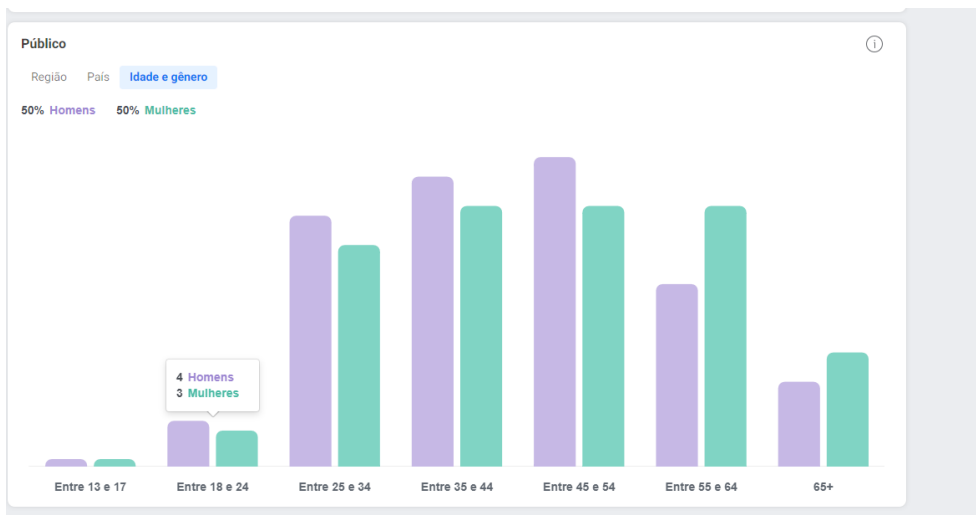
A **Presidente** inicia a reunião cumprimentando a todos e dizendo que a reunião é de nº 159 de 25/11/21. Fala que as pessoas que ingressaram pelo link enviado já estão autorizando a gravação da reunião. Diz que o primeiro item da pauta é a aprovação da Ata da 158ª Reunião Ordinária. Pergunta se pode ser aprovada ou alguém tem alguma consideração a fazer. **Aprovada** (considerando o quórum) **por unanimidade e na integralidade**. Cita que o primeiro item da pauta não será realizado pois a nova coordenadora da CGAPDC – Coordenação Geral de Apoio aos Programas de Cidadania Que ingressou no lugar da Deborah Malheiros e que viria se apresentar não poderá estar presente. **Verinha** cita o nome dela – Jeniffer Carolina Luiz. **Lúcia** diz que talvez ela venha na próxima reunião. Passa para o evento “32 anos de Redução de danos no Brasil”. **Cecilia** diz que o conteúdo do evento falou por si. Difundir o conteúdo. O evento cumpriu seu papel de informar, agrupar e incentivar a continuar. **Verinha** cita alguns dados sobre o evento (na data):

326 – Visualizações



SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – CONED/SP

180 – Engajamentos





SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – CONED/SP



Lúcia fala sobre os novos conselheiros. **Marly** (gerência psicossocial) cita que é da Fundação Casa e que entrou no lugar da Maria Angélica (que foi para superintendência de saúde). **Lucas** se apresenta que é da FEBRACT é psicólogo de formação. **Francilene** diz que é do CRESS-SP e está como vice-presidenta do CRESS São Paulo. **Lúcia** passa para Verinha falar sobre o item c dos informes. **Verinha** fala que em dezembro o principal tema será a apresentação de Julita Lemgruber que falará sobre sua pesquisa dos gastos públicos com políticas de drogas. Ela virá por solicitação do GT Faces da Violência. **Lúcia** diz que os Gts estão sugerindo temas e estamos encaixando em nossas reuniões. **Verinha** informa que a manifestação do PL399/2015 foi colocada no facebook. **Lúcia** cita que as organizações que quiserem realizar a troca de seus conselheiros deverão fazê-lo até 30 de novembro. **Verinha** fala que esta solicitação é por conta do prazo para publicação ainda este ano. **Lúcia** passa para o Decreto de Limeira. Fala que deveria ser criado um grupo para elaborar uma manifestação. **Verinha** lê o Decreto.

“Dispõe sobre instituir Política Pública para Internação Involuntária de Dependentes Químicos, e da outras providências, baseando-se na nova Lei 13.840/2019, que rege o tratamento involuntário de dependentes químicos. Art. 1º Fica instituída a Política Pública para a Internação Involuntária de Dependentes Químicos no Município de Limeira – SP, nos termos da Lei Federal nº 13.840, que rege o tratamento involuntário de dependentes químicos; Art 2º Esta Lei se limita ao tratamento de pessoas em situação de rua, ou de extrema vulnerabilidade social, de ambos os sexos, maiores de 18 anos. Art 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber, mediante a expedição de Decreto; Art 4º As despesas decorrentes com a presente Lei decorrerão por conta de verbas próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário; Art 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Plenário “Vereador Vitorio Bortolan”, 23 de setembro de 2021. Albert Henrique Neves – Betinho Neves Vereador (PV) NILTON SANTOS Vereador – REPUBLICANOS”
JUSTIFICATIVA A dependência química no Brasil é um sério problema social a ser enfrentado pelos governos, entidades sociais e sociedade como um todo. Esse fenômeno deixa marcas a longo prazo, com consequências mentais, emocionais e físicas que se arrastam para a vida toda, provocando um impacto profundo no desenvolvimento do cidadão. Considerando todos os malefícios causados pela dependência química, a mesma deve ser tratada com toda a seriedade que merece. Diante do exposto, vem auxiliar essa população que



SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – CONED/SP

necessita da internação para realizar o seu tratamento, de acordo com seu grau de complexidade. Plenário “Vereador Vitorio Bortolan”, 23 de setembro de 20

Albert Henrique Neves – Betinho Neves Vereador (PV)

NILTON SANTOS Vereador – REPUBLICANOS

Lúcia fala que a proposta é de se abrir um grupo para escrever o documento. **Verinha** acha que ele estaria no GT Políticas sobre Drogas. **Gabriella** diz que pode tocar o assunto junto com o GT. **Sorrailly** diz que pode ajudar. **Joás** sugere encaminhar para o GT Políticas sobre Drogas. **Lúcia** diz que o GT prepara o texto, este será encaminhado a todos e aprovado na próxima reunião. **Jorge** diz que tem medo se até 16/12 o PL pode ser aprovado na Câmara. **Lúcia** diz que o PL é de 23/9. Não sabemos quanto tempo leva. **Surrailly** pergunta se temos informação quanto a tramitação. **Gabi** pede o número da PL. **Lúcia** diz que teríamos que realizar uma reunião extraordinária para aprovação. **Lucas** sugeriu fazer o texto até dia 2/12 e enviar por e-mail. **Verinha** diz que poderá ser enviado por e-mail, devolvido com alterações, enviado novamente e aprovado em até 48 horas. Lembra que por e-mail tem que ter a aprovação de 50%+1. **Gabriella** diz que o texto está na comissão de constituição e Justiça e redação. **Joás** diz que temos o nosso tempo e autonomia. Não vamos mudar a Câmara. Devemos seguir o nosso prazo. Aprovamos dia 16. **Gabriella** diz que podemos seguir a indicação do Lucas de ter o texto até 2/12. Pede para quem participa do Gt auxiliar na construção do texto e convidou Debora para auxiliar. **Verinha** cita que então o processo fica: envia o texto até dia 2, todos realizam suas considerações, retorna o texto ajustado e poderá ser votado por e-mail em até 48 horas. **Aprovado por todos.** **Lúcia** passa para aprovação do calendário das reuniões para 2022. **Aprovado por todos.** **Lúcia** passa para a proposta de realização de conferência que vem rondando a gente. CONED liderar este processo. Se todos concordam, montamos um grupo de trabalho. Cita que os COMADS tem interesse e seria interessante envolve-los. **Jorge** diz que devemos aproveitar o processo de conferências da saúde mental. **Lúcia** diz que na conferência temos que pensar em todos os eixos. Pergunta se todos concordam. **Aprovado por todos.** **Verinha** diz que então será enviado um e-mail para saber quem quer participar do GT Conferência Estadual. **Lúcia** passa para a proposta para que a reunião de dezembro seja presencial. **Marcelo** diz que o espaço do CRATOD está liberado. **Verinha** diz que quem é contra ser presencial, levantar a mão. **Lucas** diz que não conseguiria estar presente. **Ana Leticia** sugere que seja híbrida a reunião. **Lúcia** diz que a proposta do dia 16 tem um que de confraternização. **Lucas** pergunta se no próximo ano as reuniões serão presenciais. **Lúcia** diz que voltaremos a discutir sobre a questão conforme estiver o cenário. **Verinha** pergunta para Marcelo se existe estrutura no CRATOD para realizar uma reunião híbrida. **Marcelo** diz que sim. **Joás** sugere que este ano a agenda está apertada e podemos deixar a presencial para janeiro e com confraternização. **Lúcia** coloca em votação. Quem é a favor e quem é contra a realização da reunião de dezembro ser híbrida e com confraternização. Resultado **15 votos** a favor (presencial híbrida no mês de dezembro) e **13 votos** contra. **Joás** retirou a proposta dele. **Debora** pergunta se no modelo híbrido quem não estiver presencial, é marcada presença? **Lúcia** diz que sim. **Marcelo** fala que a participação a distância deve ser incorporada. O Conselho deve se reunir para decidir a formatação neste modelo. Ficou decidido que em dezembro deverá ser votado o calendário em que formato serão as reuniões. **Lúcia** passa para o item 6-procedimento para participação de conselheiros (nomeação não publicada) nos Gts. **Lúcia** fala sobre o tema. Diz que os Gts não são autônomos. Houve divergência de entendimento. Fala que já tivemos pessoas que não são conselheiros participando de gts. **Verinha** diz que antigamente havia este problema mas por conta de que podem participar convidados externos ficou dito que podem participar sem direito a



SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – CONED/SP

voto. **Joás** diz que é um ganho quando o grupo convida alguém para participar, mas sem voto. **Jorge** diz que as reuniões são abertas e os grupos também. Participar é uma coisa, ter voto não. **Lúcia** pergunta quem é contra a participação de conselheiro que ainda não foi publicado em Diário Oficial nos grupos de trabalho? **Jorge** fala que já está no regimento interno? **Verinha** diz que não tem regimento dentro dos gts. **Jorge** diz que quem trouxe a questão deveria se manifestar. **Lúcia** diz que quem trouxe a questão foi a Juliana que não está presente. **Lucas** acha que talvez deva fazer essa discussão quando a Juliana estiver presente para que ela possa se manifestar. Além da questão da legalidade que eu não vejo muito sentido tem um dado de realidade do baixíssimo quórum nos grupos de trabalho. **Lúcia** diz que Juliana justificou que não poderia participar, mas vamos votar a pauta. **Lucas** diz que se já tem a indicação da instituição designando seu representante, e tem um tempo para publicação, não vê o porquê de não poder participar. **Joás** diz que se o conselheiro já participa, não vê o porquê não participar do GT. Só não pode votar /deliberar. **Lúcia** diz que os Gts são fórum de construção. **Vera da Ros** diz que nos GTs é um grupo fechado? **Lúcia** diz que não é fechado. Temos trazido convidados para contribuir nos GTs. Pergunta se tudo o que é elaborado nos Gts depois vem para plenária? **Lúcia** diz que sim. **Gabriella** diz que antes de ser nomeada entrou para os grupos de Gt e whats e sendo assim podem participar, sempre ressaltando que não pode deliberar/votar. **Lúcia** passa para votação e faz novamente a pergunta: quem é contra a participação de conselheiro nos grupos de trabalho cuja nomeação ainda não foi publicada em Diário Oficial, levante a mão (virtual)? Não houve manifestação. **APROVADO POR TODOS** a participação de conselheiro nos grupos de trabalho cuja nomeação ainda não foi publicada em Diário Oficial. **Lúcia** passa a palavra para Jorge expor sobre as atividades desenvolvidas no Fórum de Criança e Adolescentes da Sé. **Jorge** fala sobre as atividades de violências contra crianças e adolescentes na cracolândia da Luz. Foi formado há cerca de um ano um GT mas depois de passado um ano temos saldo negativo por conta da pandemia. Diz que falava que não havia adolescentes em situação de rua. Agora o número está grande. As crianças vêm para rua com seus pais. Bebês e crianças pequenas e para esse público não tem atendimento. Diz que a Praça Princesa Isabel é um exemplo claro. Diz que traz uma questão da Sé, mas está em todas as regiões. A rua está violenta. Junta a fome e questão de moradia. Diz que a situação está muito difícil. **Lúcia** passa para os Grupos de Trabalho. **GT Adolescentes** estão chegando em uma proposta de elaboração de um texto. Diz que fizeram uma pesquisa com as secretarias de saúde, educação e assistência social dos municípios paulistas e **Verinha** fala que recebeu informações de 77 municípios. Estes responderam - na saúde: UBS, CAPs IJ, Caps Ad – **na assistência** Cras Cress Paif – **na educação** 37 municípios utilizam o PROERD. **Lúcia** diz que estes dados ainda serão compilados. Diz que estamos pensando como provocar os municípios para os serviços de adolescentes. **GT Mulheres** diz que a fala de hoje faz parte da proposta do GT Mulheres. Precisamos ouvir várias vozes. **Verinha** lembra que os novos membros que quiserem participar dos GTs é só enviar um e-mail dizendo em qual quer participar. **GT Faces da Violência**. **Décio** diz que o GT se reuniu para dar continuidade a escuta dos atores. Já ouvimos as pessoas que convivem no território, o projeto Marco Zero, e na continuidade convidamos a Julita que tem uma pesquisa sobre os gastos despendidos do poder público sobre a política de drogas. Esperamos que seja para 16/12 ou 7/1/22 no COMUDA. Diz que também será construído um documento com recomendações. **GT Políticas sobre Drogas**. **Gabriella** diz que sem repasses. **Lúcia** fala que o GT Redução de Danos já foi citado conforme evento de RD. **Lúcia** passa para o item -Vaga no COMUDA - diz que ainda está em aberto a vaga governamental para participar do COMUDA. **Verinha** diz que se coloca



SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – CONED/SP

para a vaga. **Lúcia** pergunta se alguém é contrário ao nome da Verinha? **Aprovado por todos.** **Lúcia** dá uma pausa de 5 minutos para um café. Retorna e passa a palavra para Gabriella apresentar Luana Malheiros e Priscila Gadelha. **Gabriella** diz que Priscila faz parte do Conselho Estadual de Pernambuco. Ela e Luana são militantes da Renfa -Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas. Cita que ambas têm experiências com as políticas de drogas e com mulheres usuárias. Fala que Luana tem um livro que foi tese de trabalho dela e publicado recentemente. Diz que elas trazem uma visão de uma forma técnica para além do sudeste/sul. Pede para que elas também se apresentem. Passa para **Luana**, que diz que é antropóloga e desde 2005 atua com RD e política de drogas. Há sete anos trabalhando com a temática das mulheres. Também faz parte da PBPD. Faz doutorado no Uruguai (de onde está participando da reunião). Faz uma avaliação de como os cuidados e as políticas atendem as mulheres usuárias de pasta base. Faz uma comparação entre as políticas do Uruguai e Brasil com respeito a cocaína fumada/pasta base/crack. Faz um relato de como surgem as políticas públicas e diz que não temos costume de construção popular das políticas. São feitas em gabinetes fechados. Tivemos a entrada de cuidados não formalizados como grupos de ajuda mútua, comunidades terapêuticas. Em 2003 é que se formalizou uma política pública. RD entra como estratégia de cuidado. Diz que é preciso conversar muito no Brasil sobre a diversidade de serviço. Temos a RAPS que é importante. Mas não temos espaços para mulheres. No Brasil os serviços não abordam as questões cotidianas das mulheres, das usuárias de drogas. Fala que neste momento tanto no Uruguai como no Brasil existe uma atuação que tem sido denunciada por companheiras de comunidades terapêuticas que tem usado de espaços de cuidado para reificar o modelo de mulher. Isto é problemático pois deveria emancipar esta mulher. Precisamos de espaços seguros de escuta para as mulheres. Fala sobre a violência de gênero (agentes de segurança pública e privada, violência sexual na infância). Diz que a Rede de proteção para a mulher leva em consideração uma mulher que tem um domicílio. Uma que está em situação de rua e de uso abusivo de drogas, ela não se enquadra nessa política. Diz que é tirado o poder de ser mãe para estas mulheres. Não existe espaços para acolhê-las. Sistema de saúde e justiça não se entendem. Precisamos refletir, quais serviços precisamos criar, na política de drogas temos que levar em consideração que boa parte dos serviços não existem. Tem reprodução de violências dentro dos serviços (racismo, feminilidade). Os espaços precisam ter proteção. Diz que na Bahia estão pensando nas conferências e dentro delas contemplando sobre os espaços que se precisa. **Lúcia** passa para **Priscila** que diz que foi Presidente do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas de Pernambuco pela sociedade civil, é da RENFA. Fala da necessidade que temos de ocupar espaço como conselho. Fala que nos Conselhos os usuários não ocupam lugar. Fala que no Conselho de Pernambuco fizeram uma reforma reduzindo as instituições de 40 cadeiras para 22 e verificando a necessidade das entidades em participar do mesmo e assim trocaram as instituições por outras que realmente participavam. Fala das mulheres e que a violência faz com que elas não participem. Cita que uma pesquisa em 2013 mostrou o porquê das mulheres nas cenas de uso. Muitas por conta da violência doméstica, das ruas, violência sexual. Temos que pensar outras formas de cuidado e outras formas de serviço. Fala que a convivência cura e os vínculos produzem outras formas de saber. Fala que o modelo proibicionista aumenta o uso. Fala da importância de se criar a rede, hospitais, proteção da mãe e seu filho. Fala que estes assuntos têm que ser discutidos no conselho. Cita que não é contra a comunidade terapêutica como foi criada. É contra o lobby feito pela religiosidade, pelas práticas fundamentalistas de usar os lugares das Comunidades Terapêuticas tentando moralizar e pautar uma forma única de vida. Fala que os conselhos devem ampliar suas



SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – CONED/SP

discussões com outros consolidados como de saúde, de assistência, de direitos humanos, da criança e do adolescente e outros. Porque todas as pautas são interseccionais. Cita que é importante discutir sobre habitação e moradia. Se coloca à disposição. **Lúcia** agradece as duas e abre para perguntas ou comentários. Compartilha uma experiência. Que em 2016 uma secretária de saúde de campinas inaugurou um serviço que é para gestantes usuárias de drogas em situação de rua. É um serviço não tipificado, criado por um decreto. A partir deste serviço abriu-se outros. Pergunta que serviços além dos comentados, elas tem para indicar. **Luana** diz que conhece o serviço de campinas e pode inspirar o Brasil inteiro. Cita sobre espaços dentro de hospitais. Diz que o Uruguai está vivendo um momento de desmantelamento das políticas sociais e sendo assim o numero de abrigo para as mulheres diminui. Cita sobre o programa “Corra para o abraço”.

Link: <http://www.justicasocial.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=60>

Após apresentações, houveram perguntas que foram respondidas pelas expositoras.

Lúcia agradece a Luana e Priscila e diz que o Grupo de Trabalho mulheres ganhou mais material para poder elaborar o seu documento. Diz que o nosso desafio será abordar a complexidade ou só uma linha. **Jorge** fala sobre o PLANAD e diz que no congresso da ABRAMD fez uma discussão e fala que o CONED de Brasília solicitou ampliação de prazo da consulta pública. Diz que fica com a fala do Maurides. Plano Nacional se defende/constrói em conferência. **Lúcia** fala que o CONED recebeu orientação sobre a extensão do prazo da consulta pública e repassou para todos conselheiros por e-mail. **Maurides** fala que foi aberta a audiência pública e a posição dele é que deve ser feito dentro de um processo democrático – conferências. Diz que devemos participar de uma forma articulada. Precisamos de uma manifestação conjunta. **Lúcia** diz que podemos solicitar nova reunião com os outros conselhos estaduais. Nada mais havendo a **Presidente** encerra a reunião agradecendo a participação de todos. Na qualidade de secretária, lavrei, redigi e relatei o teor da presente ata, que segue por mim assinada e pela Presidente.

São Paulo, 25 de novembro de 2021.


Lúcia Decot Sdoia
Presidente


Vera Lucia Bagnolesi
Secretária Executiva